



ORIENTAÇÃO TÉCNICA Nº 001/2024/GSC/CGE, DE 10 DE JULHO DE 2024

A Controladoria Geral do Estado da Paraíba, no âmbito das suas atribuições regulamentares, considerando a necessidade de orientar os órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo do Estado da Paraíba, quanto ao tratamento de dados pessoais, como também às disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), resolve expedir a presente orientação técnica, aprovada pelo Conselho Gestor de Proteção de Dados Pessoais – CGPDP, em reunião realizada no dia 23/05/2024:

“Na formalização dos contratos, convênios ou congêneres e seus aditivos celebrados pelo órgão ou entidade, orientamos que não sejam informados dados pessoais (documentos pessoais e endereços) dos representantes das partes; devendo ser informado o nome do representante do órgão (dirigente ou a quem for delegado competência) e respectivo ato de designação ou matrícula funcional, e o nome do representante da contratada/conveniente.”


LETÁCIO TENÓRIO GUEDES JÚNIOR
Secretário Chefe



Textos propostos pelo GT NLLC para o preâmbulo dos contratos

ADM DIRETA

O Estado da Paraíba, por intermédio da <Órgão>, com sede no (a) <Endereço Completo Órgão>, inscrito no CNPJ sob o nº <CNPJ Órgão>, neste ato representado pelo <Nome Representante Órgão e Cargo>, nomeado pela(o) <Portaria Ato Governamental> de <Data Portaria Ato>, publicado em <Data Publicação Portaria Ato>, portador da Matrícula Funcional nº <Matricula Funcional Representante Órgão>, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa <Nome Empresa>, inscrita no CNPJ nº <CNPJ Empresa>, com sede na <Endereço Completo Empresa>, denominada CONTRATADA, neste ato representada por <Nome Representante Empresa e Função>, conforme <Atos Constitutivos da Empresa OU Procuração apresentada nos autos>, tendo em vista o que consta no Processo nº <Número Processo> e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) <Modalidade Licitação> nº <Número Licitação>, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

ADM INDIRETA

O (A) <Órgão>, com sede no (a) <Endereço Completo>, inscrito no CNPJ sob o nº <CNPJ Órgão>, neste ato representado pelo <Nome Representante Órgão e Cargo>, nomeado pela(o) <Portaria Ato Governamental> de <Data Portaria Ato>, publicado em <Data Publicação Portaria Ato>, portador da Matrícula Funcional nº <Matricula Funcional Representante Órgão>, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa <Nome Empresa>, inscrita no CNPJ nº <CNPJ Empresa>, com sede na <Endereço Completo Empresa>, denominada CONTRATADA, neste ato representada por <Nome Representante Empresa e Função>, conforme <Atos Constitutivos da Empresa OU Procuração apresentada nos autos>, tendo em vista o que consta no Processo nº <Número Processo> em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) <Modalidade Licitação> nº <Número Licitação> mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.